



**AUTÓGRAFO Nº. 3916 DE 15 DE OUTUBRO DE 2025**

A MESA FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES APROVOU O SEGUINTE: **Projeto de Lei Nº. 119/2025** de autoria do Senhor Prefeito Municipal Hugo do Prado Santos:

“Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal (CEF), com ou sem garantia da União, e dá outras providências.”

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal (CEF), com ou sem garantia da União, até o valor de R\$ 158.113.092,32 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e treze mil, noventa e dois reais e trinta e dois centavos), no âmbito dos programas e linhas de financiamento a seguir descritos, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, destinados a 03 (três) objetos, sendo eles:

**§1º** Programa Novo PAC – Pró-Moradia para contratação de operações de crédito para execução de ações na modalidade Periferia Viva – Urbanização de Favelas do Ministério das Cidades, com a proposta nº 56000000472/2025 - Portaria 825/2025 – Implementação de Projeto de Revitalização e Desenvolvimento Habitacional Sustentável, com a intenção de promover melhorias substanciais na qualidade de vida dos residentes e na infraestrutura urbana de favelas no Município de Embu das Artes, no valor de R\$ 36.915.092,32 (trinta e seis milhões, novecentos e quinze mil, noventa e dois reais e trinta e dois centavos), conforme proposta já aprovada pelo Ministério das Cidades.

**§2º** Programa Novo PAC Pró-Transporte FGTS/NOVO para contratação de operações de crédito para execução de ações na modalidade - Mobilidade Urbana Sustentável: Mobilidade de Grandes e Médias Cidades, do Ministério das Cidades, com a proposta nº 56000000792/2025 - Portaria MCID nº 981/2025 – APF 0647500-57 – Implantação de Abrigos de ônibus no Município de Embu das Artes, no valor de R\$ 21.198.000,00 (vinte e um milhões, cento e noventa e oito mil reais), conforme proposta já aprovada pelo Ministério das Cidades.

**§3º** Programa FINISA – Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento, para contratação de operação de crédito, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de





*Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes*  
*Estado de São Paulo*

reais), destinada às despesas de capital em geral e/ou contrapartidas do município aos programas Pró-Moradia e Pró-Transporte mencionados nos parágrafos 1º e 2º, conforme proposta encaminhada à Caixa Econômica Federal, com os devidos anexos via carta consulta datada de 17/07/2025.

§ 4º As operações de crédito autorizadas no caput e parágrafos deste artigo destinam-se à execução de obras, serviços complementares e de suporte ao Programa de Transporte Urbano, bem como implementação de Projetos Habitacionais de Interesse Social.

**Art. 2º** As operações de crédito de que trata esta Lei poderão ser contratadas com ou sem garantia da União.

**Parágrafo único.** Caso as operações de crédito de que trata esta Lei sejam contratadas sem garantia da União, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alíneas "b", "d", "e" e "f" e parágrafo 3º, nos termos do art. 167, IV, todos da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, bem como outras garantias admitidas em direito.

**Art. 3º** Os recursos provenientes das operações de crédito a que se referem esta lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

**Art. 4º** Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

**Art. 5º** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes das operações de crédito ora autorizadas.



Autenticar documento em <https://nopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 330033003300380035003A00540052004100, Documento assinado  
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas  
Brasil - ICP-Brasil. Fone 4785-1555





*Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes*  
*Estado de São Paulo*

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes, 15 de outubro de 2025.

Abel Rodrigues Arantes

**Presidente**

Diego Lopes da Paixão

**Vice-Presidente**

Gilberto Oliveira da Silva

**1º Secretário**

Gideon Santos do Nascimento Júnior

**2º Secretário**

Abidan Henrique da Silva

**3º Secretário**

Publicado na Câmara Municipal, de acordo com o disposto no Art. 105 da Lei Orgânica do Município, em 15 de outubro de 2025.

Everton dos Santos Costa

**Diretor Geral**



Autenticar documento em <https://nopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 330033003300380035003A00540052004100, Documento assinado  
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas  
Brasil - ICP-Brasil.

